

**EDITAL SEI Nº 29190230/2026 - SAP.LCT**

Joinville, 22 de abril de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026
PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90070/2026

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de Menor Preço Unitário, visando a Contratação de Empresa para Realização da Conferência Municipal de Saúde 2026, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/ME nº 03, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV - Termo de Referência; e

Anexo V - Estudo Técnico Preliminar.

1 - DA LICITAÇÃO**1.1 - Do Objeto do Pregão**

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto a Contratação de Empresa para Realização da Conferência Municipal de Saúde 2026, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e IV e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para execução dos serviços objeto deste pregão é de R\$ 75.698,90 (setenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa centavos), conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: 14/05/2026 até às 08:30 horas.

1.5 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

1.6 - Término da Sessão Principal: 10 (dez) minutos após o início da sessão de disputa.

1.7 - Período Adicional: A sessão será prorrogada automaticamente e sucessivamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

1.8 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Licitações, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria da Saúde.

1.9 - O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville, na página www.joinville.sc.gov.br.

1.10 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

671 - 2 . 46001 . 10 . 122 . 2 . 2.3291 . 0 . 339000 Fonte - 15001002

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 - Para a participação de empresas em consórcio deverão ser observadas as seguintes normas:

3.2.1- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.2.2- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.2.3 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.2.4 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.5 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato

3.3 - Não será admitida a participação de proponente:

3.3.1 - Em falência;

3.3.2 - Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2.1 - É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.3.3 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.3.4 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.3.5 - Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

3.3.7 - Conforme disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa [SEGES/ME nº 03. de 2018](#).

4.2 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas a opção relativa aos requisitos de enquadramento na Lei 123/2006 e a participação como Cooperativa.

4.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital para cadastro da proposta.

5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 – Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o VALOR UNITÁRIO.

6.3 - O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - valor unitário do item.

6.7 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

6.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.5 do edital.

7.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital.

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo).

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

7.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 - O disposto no subitem 7.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até **02 (duas) horas** após a convocação do pregoeiro.

8.2.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do **Anexo I** deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8.9 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PRAZO DE ENVIO

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.1.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

9.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.

9.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

j) Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço de características semelhantes com objeto licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do serviço ou seja, comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados.

j.1) Para comprovação do requisito previsto na alínea “j”, o proponente poderá juntar à sua habilitação documento hábil a comprovar as informações, como contrato a que se refere o atestado, notas fiscais ou outros documentos que eventualmente possam demonstrar com precisão maiores especificações das informações.

j.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização;

c) a matriz, e a execução for realizada pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

9.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

9.10 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

10.2.1 - A obtenção de benefícios previstos dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.2.1.1 - Para observância do limite citado no subitem 10.2.1, será exigido do licitante, na fase em que for utilizado o benefício, declaração de observância desse limite na licitação.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados prazos para execução, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o subitem 8.2 e 9.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 18 do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a proposta e os documentos de habilitação das empresas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) que conflitem com a legislação em vigor;

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6 ou 8 deste Edital;

e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrado sua exequibilidade quando exigido pela Administração.

10.10 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no **item 18** deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro convocará as propostas e documentos de habilitação dos proponentes subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.12 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.13 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 9.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.13.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

11.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.ict@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até o vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

11.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.3 - Caberá à autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

11.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

11.6 - Do Recurso

11.6.1 - A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.6.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

13 - DA CONTRATAÇÃO

13.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

13.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

13.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

13.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

13.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

13.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

13.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

13.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

13.4.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

13.4.2 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

13.4.3 - Em caso de consórcio, o licitante vencedor é obrigado a promover, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021

14 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

14.1 - A assinatura do contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, será realizada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

14.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

14.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

14.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.

15 - DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

15.2 - O prazo da execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do representante legal da empresa na ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

15.2.1 - Os serviços serão executados conforme disposto no Termo de Referência - Anexo IV do Edital.

15.3 - Na hipótese de eventual prorrogação dos contratos decorrentes do presente certame, hipótese prevista nos itens 15.1 e 15.2 deste edital, o valor da contratação será renovado, bem como os quantitativos licitados.

15.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 31/10/2025.

15.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.7 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

16 - DA GESTÃO DO CONTRATO

16.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

16.2 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

17.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

17.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

17.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

17.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

17.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

17.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

18 - DAS SANÇÕES

18.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

18.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 18.3 do Edital;

b) De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 18.3 do Edital;

c) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do item 18.3 do Edital;

II) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3 - O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

- c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento do certame, sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 18.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

18.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 18.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

18.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 18.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 18.3.

18.3.4 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 18.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, em especial agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra deteriorada ou falsificada, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

18.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

18.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

18.6 - Nas sanções previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18.8 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção.

18.9 - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

18.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

19 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

19.1 - Os Serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, no ato do serviço prestado, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 dias corridos, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os serviços estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o item acima, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

d) O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

e) Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Anexo IV - Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.lct@joinville.sc.gov.br, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal 14.133/21.

20.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

20.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br.

20.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

20.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

20.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

20.5 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das Propostas.

20.7 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

20.8 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

20.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

20.10 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

20.11 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas dos Itens e Valores Máximos Estimados:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	6919 - Serviços técnicos especializados	Serviço	1	75.698,90	75.698,90
Total Geral					75.698,90

Observação I - Observadas as descrições do objeto, em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo IV - Termo de Referência.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria de Administração e Planejamento

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Banco:

Agência bancária:

Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE** – Secretaria da Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no C.N.P.J. nº 08.184.821/0001-37, ora em diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 070/2026**, pelo qual se obriga a executar os serviços do objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a Contratação de Empresa para Realização da Conferência Municipal de Saúde 2026, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

2.1 - A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 070/2026 e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,xx (xxxxxx reais).

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 31/10/2025.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.1.1 - O **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do **CONTRATANTE**, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Forma de Execução do Objeto

5.1 - O **prazo de vigência contratual** será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

5.2 - O **prazo da execução dos serviços** será de 12 (doze) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do representante legal da empresa na ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

5.2.1 - Os serviços serão executados conforme disposto no Termo de Referência - Anexo IV do Edital.

5.3 - Na hipótese de eventual prorrogação dos contratos decorrentes do presente certame, hipótese prevista nos itens 5.1 e 5.2 deste edital, o valor da contratação será renovado, bem como os quantitativos licitados.

5.4 - A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do artigo 172 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto Municipal nº 64.109/2024.

5.5 - Para fins de contagem do prazo previsto na cláusula 5.1 será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

671 - 2 . 46001 . 10 . 122 . 2 . 2.3291 . 0 . 339000 Fonte - 15001002

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde.

7.3 - O modelo de gestão do contrato será nos termos do disposto no Anexo IV - Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato e anexos;

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público;

9.3 - Intervir na execução do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto contratado, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e IV do Edital, observando o disposto na Instrução Normativa 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do **Edital de Pregão Eletrônico nº 070/2026** e seus anexos;

10.3 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;

10.4 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à execução do objeto contratado, executando-o de acordo com a fiscalização do **CONTRATANTE** e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e IV do Edital;

10.5 - Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

10.6 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração;

10.7 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.8 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no **Anexo IV - Termo de Referência** do Edital.

10.9 - A **CONTRATADA**, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

10.10 - A **CONTRATADA** deverá comunicar qualquer alteração à **CONTRATANTE**, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao **CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao **CONTRATADO**, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor total do contrato ou instrumento equivalente por dia que exceder ao prazo para execução dos serviços, **até o limite de 10% (dez por cento);**

c) De até 10% (dez por cento) em caso de **inexecução parcial** sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento) nos casos de **inexecução contratual** total sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta/contrato ou instrumento equivalente, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "e" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o **CONTRATADO** tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao **CONTRATADO**, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato ou instrumento equivalente, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do **CONTRATADO**, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do **CONTRATADO** e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao **CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao **CONTRATADO** não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento Provisório e Definitivo

13.1 - Os Serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, no ato do serviço prestado, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 dias corridos, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os serviços estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o item acima, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.
- e) Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Anexo IV - Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar a substituição/reposição visando

ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/21;
- b) Lei Complementar nº 123/06;
- c) Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;
- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE**.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 29159529/2026 - SES.UCO.ACP

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 - Objeto da contratação:

Contratação de Empresa para Realização da Conferência Municipal de Saúde 2026.

1.2 - Especificações técnicas:

Item	Código	Denominação	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade
1	6919	Serviços técnicos especializados	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura para a realização da Conferência Municipal de Saúde.	Serviço	1

1.2.1 - Os serviços abrangem:

1.2.1.1 - Infraestrutura: Para o evento.

1.2.1.2 - Assessoramento técnico: Palestrantes.

1.2.1.3 - Alimentação: Coffee-break para os participantes e alimentação para comissão organizadora.

1.2.1.4 - O tema da conferência será definido posteriormente pelo Conselho Nacional de Saúde.

1.3 - A contratação tem como o quantitativo estimado conforme segue:

1.3.1 - A contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura para a Conferência Municipal de Saúde/Temática 2026 realizando os seguintes serviços:

1.3.2 - Reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência com no mínimo 30 dias corridos de antecedência da realização do evento, a contratada será comunicada da reunião preparatória através do e-mail da Conferência Municipal de Saúde a ser disponibilizado pela secretaria executiva do Conselho Municipal da Saúde, ou por telefone via secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde.

1.3.3 - Fornecimento de coffee break para Conferência. A quantidade de coffee break será de 400 (quatrocentas unidades) que deverá ser servido nos dois dias de Conferência, dia 26/06/2026 (200 unidades), e no dia 27/06/2026 (200 unidades) em ambiente a ser disponibilizado pela comissão organizadora no próprio local do evento, conforme disposto no subitem 4.6.1.1 presente documento.

1.3.4 - Fornecimento de almoço - serão 25 (vinte e cinco) almoços para o dia 27/06/2026, das 12 horas às 13 horas e 30 minutos, a contratada providenciará um restaurante em um raio de até 5 km do local do evento, conforme disposto no subitem 4.6.2.1 do presente documento.

1.3.5 - Assessoria Técnica (palestrantes).

1.3.6 - Serviço de Suporte técnico - Profissional Técnico em Informática - suporte, monitoria, montagem, sendo necessário um profissional durante os dias da conferência, total de horas 15hs distribuído nos dois dias.

1.3.7 - Serviço de Suporte técnico - Profissional Interprete de Libras, sendo necessário dois profissionais durante os dias da conferência, 9 horas para cada profissional distribuído nos dois dias, total de 18 horas.

1.4.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo.

1.4.2 - O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.4.3 - O objeto é indivisível.

1.4.4 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de execução será de 12 (doze) meses a contar da última assinatura da Ordem de Serviço Eletrônica, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

1.4.4.1 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 - A contratação encontra amparo na LEI Nº 9.924, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024 (26758096), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville.

2.3 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria da Saúde para o ano de 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 - Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras (25.0.174685-0), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura para a realização da próxima Conferência Municipal de Saúde/Temática 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Sustentabilidade:

4.1.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar e seguir em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços, devendo ainda estimular as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, pautados nos seguintes pressupostos e exigências como: Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo; Promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades; e Respeitar as Normas Brasileiras sobre resíduos sólidos, bem como as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, sobretudo, a Resolução - RDC nº 43 - ANVISA, de 1 de setembro de 2015, e a Resolução - RDC nº 216 - ANVISA, de 15 de setembro de 2004.

4.2 - Subcontratação:

4.2.1 - É permitido a subcontratação para a presente contratação.

4.3 - Garantia da contratação:

4.3.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da contratação.

4.4 - Visita Técnica /Vistoria:

4.4.1 - Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5 - Equipe Mínima:

4.5.1 - A contratada deverá possuir equipe suficiente para atender o objeto da contratação.

4.6 - Outros Requisitos:

4.6.1 - O fornecimento de Coffee break deverá contemplar os itens do cardápio e as respectivas especificações, conforme a sugestão disposta abaixo e quantidade prevista, sendo que 01 (uma) unidade corresponde aos itens do cardápio por pessoa.

4.6.1.1- Cardápio do coffee break por pessoa (Uma unidade):

- Café preto sem açúcar : 100 ml
- Leite: 50 ml
- Suco de frutas polpa, sem açúcar: 180 ml (não pode ser suco artificial)
- Salgado tamanho coquetel médio 25 gramas: 4 (quatro) unidades de sabores variados (empadinha de frango, queijo, palmito; mini pastel assado de carne, queijo, palmito ; mini esfirra de carne, frango, queijo e presunto, mini quibe de carne, mini coxinha de frango, mini pão de batata, mini pizza, pão de queijo).
- Bolos e cucas com tamanho de 5cm x 5cm: 2 (Duas) unidades de sabores variados: (cuca de fruta com farofa, creme, chocolate, bolo nega maluca, bolo formigueiro, bolo de cenoura, bolo toalha felpuda)
- Sanduíche natural com uma fatia de pão dobrada ao meio: 1 (Uma) unidade de sabores variados: (patê de frango com salada de alface e/ou cenoura ralada; patê de presunto e queijo com salada de alface e/ou cenoura ralada) ou baguete de meio pão francês com peito de peru, presunto e queijo e alface.
- Salada de fruta: 1 (uma) porção de 50 gr contendo no mínimo 5 (cinco) tipos de frutas frescas da estação (banana, maçã, morango, manga, abacaxi, kiwi, mamão, laranja, uva), em embalagem descartável com tampa.
- Bolo para intolerante a lactose e glúten: 2 (duas) porções de 5 cm x 5 cm, de sabores diferentes (bolo de milho, bolo com farinha de arroz, bolo de chocolate sem glúten e sem lactose, bolo de banana com aveia, etc.)
- Sanduíche para intolerante a lactose e glúten: 1 (Uma) unidade de sabores variados: (patê de frango com salada de alface e/ou cenoura ralada; patê de presunto e queijo com salada de alface e/ou cenoura ralada) ou baguete de meio pão francês com peito de peru, presunto e queijo e alface.
- Complementos: as unidades abaixo serão por pessoa (uma unidade)
- Dois copos descartáveis - 180 ml
- Dois copos térmicos descartáveis 180 ml;
- Uma piazinha haste longa para o café
- Uma colher de sobremesa descartável.
- Dois sachês de açúcar
- Dois sachês de adoçante
- Dois guardanapos descartáveis simples (30cm x 30cm)

Observação:

- Todos os doces e salgados embalados separadamente em forminha de papel e em bandejas.
- O suco de frutas polpa deverá ser em caixa de um litro com fornecimento de no mínimo três sabores (uva, laranja, abacaxi, pêssego)
- Fornecer garrafas térmicas limpas e em perfeito estado de uso (para armazenamento de cafés e leites)
- Os alimentos que compõe o coffee break deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens descartáveis, higiênicas e térmicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento do consumo, observando que os sucos e as saladas deverão estar refrigeradas. Os produtos utilizados deverão estar, frescos, e devem ser de primeira qualidade.
- A contratada deverá cumprir o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para substituir o(s) produto(s) que por ventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o contratado, sem qualquer ônus para o Instituto.
- Será de responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias para fornecimento dos serviços e entrega dos produtos até as dependências do local do evento, inclusive quanto se tratar de devoluções e/ou substituições.
- A entrega do coffee break deverá ocorrer em até 1 (uma) horas antes dos prazos indicados no subitem 5.1.3.3.

4.6.2 -Fornecimento de almoço

4.6.2.1- A Contratada deverá providenciar almoço para 25 (vinte e cinco) pessoas (equipe de apoio e membros da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde), no dia 27/06/2026, no horário das 12 horas às 13 horas e 30 minutos;

4.6.2.2- O cardápio do dia do restaurante deverá atender as seguintes exigências mínimas:

- **Bebidas:** água com ou sem gás (500 ml) ou suco natural de fruta (200 ml).
- **Saladas e legumes:** no mínimo duas opções cruas e duas opções cozidas;
- **Acompanhamentos:** no mínimo arroz branco, feijão, macarrão, farofa e mais uma opção;
- **Carnes:** no mínimo dois tipos de carnes (uma opção vermelha e uma opção de carna branca);
- **Sobremesa:** no mínimo 1 opção;

4.6.2.3- O restaurante deverá estar localizado em em um raio de até 5 km do local do evento;

4.6.3 - Responsabilidades da Contratada sobre os Palestrantes

4.6.3.1 - A contratada será responsável por todas as despesas e pela gestão completa dos palestrantes da conferência. Isso inclui:

4.6.3.1.1 - Hospedagem: Custos com a estadia dos palestrantes.

4.6.3.1.2 - Alimentação: Cobertura de refeições.

4.6.3.1.3 - Transporte: Passagens aéreas e transporte rodoviário (deslocamento local).

4.6.4 - Qualificação e Seleção dos Palestrantes

4.6.4.1 - A contratada deverá fornecer os palestrantes para a palestra magna e para os eixos temáticos da conferência. Os critérios para a seleção são:

4.6.4.2 - Formação e Experiência: Os palestrantes deverão possuir, no mínimo, ensino superior e/ou especialização nas áreas da saúde relacionadas ao tema e aos eixos temáticos da conferência. A comprovação da formação deve ser feita por meio de diploma e/ou certificado.

4.6.4.3 - Experiência em palestras: É necessária a comprovação de experiência prévia como palestrante em eventos ou conferências de saúde, por meio de artigos publicados, certificados ou declarações.

4.6.5 - Comunicação e Aprovação

4.6.5.1 - A comunicação e a aprovação dos palestrantes seguirão o seguinte cronograma:

4.6.5.2 - Definição dos temas: O tema central e os eixos temáticos da conferência serão comunicados à contratada com com no mínimo 30 dias corridos de antecedência da data do evento.

4.6.5.3 - Apresentação dos currículos: A contratada deverá apresentar os currículos dos palestrantes propostos à comissão organizadora com no mínimo 20 dias corridos antes da conferência, para análise e validação.

4.6.5.4 - Possibilidade de troca: A comissão organizadora reserva-se o direito de solicitar a substituição de qualquer palestrante que não atenda aos critérios de qualificação estabelecidos.

4.6.5.5 - Substituição de Profissionais: Em caso de imprevisto que impeça a participação de um profissional já aprovado, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata. O substituto indicado deverá atender a todos os requisitos de qualificação previstos no item 4.6.4.

4.6.6 - Serviços de Suporte e Profissionais Especializados

4.6.6.1 - Suporte Técnico de Informática: A contratada deverá disponibilizar 1 (um) profissional técnico de informática com responsabilidade por: suporte, monitoramento, montagem e desmontagem dos equipamentos. O profissional deverá estar presente durante os dois dias da conferência, totalizando 15 horas de serviço.

4.6.6.2 - Suporte Técnico de Intérprete de Libras: A contratada deverá fornecer 2 (dois) profissionais intérpretes de Libras para atuar durante os dois dias do evento. Cada profissional deverá cumprir uma carga horária de 9 horas, distribuídas ao longo da conferência.

4.7 - Padrão de Qualidade e Desempenho:

4.7.1 - Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

- a) As especificações para os itens previstas no item 1.2 do presente documento;
- b) Cumprir com as obrigações dispostas no item 6.7 do presente documento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 - Os serviços deverão ser executado, conforme cronograma proposto.

5.1.2 - Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

5.1.2.1 - Os serviços deverão ser executado, conforme cronograma proposto

5.1.3 - Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1 - Reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência:

5.1.3.1.1 - Deve ser realizada com com no mínimo 30 dias corridos de antecedência da realização do evento.

5.1.3.1.2 - Local de execução da reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência: sede do Conselho Municipal de Saúde - Rua Brigada Lopes, nº 153 - Bairro Glória - Joinville/SC.

5.1.3.1.3 - Duração da reunião preparatória: 4 horas

5.1.3.1.4 - A contratada será comunicada da reunião preparatória através do e-mail da Conferência Municipal de Saúde pela secretaria executiva do Conselho Municipal da Saúde, ou por telefone via secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde.

5.1.3.2 - Palestra magna e eixos temáticos

5.1.3.2.1 - Data: 26/06/2026, horário das 19horas às 21horas e 30 minutos - total de horas: 2h30'

5.1.3.2.2 - Data dos eixos temáticos 27/06/2026, horário das 8horas às 12horas - total de horas: 4horas

5.1.3.2.3 - Local da realização da Conferência Municipal de Saúde será no Auditório da Faculdade CENSUPEG (Av. Getúlio Vargas, 1266, Anita Garibaldi, Joinville - SC).

5.1.3.2.3.1 - O local do evento será fornecido pela Contratante;

5.1.3.3 -Coffe Break

5.1.3.3.1 - Data: 26/06/2026, horário às 17horas e 30 minutos.

5.1.3.3.2 - Data: 27/06/2026, horário às 07horas e 30 minutos.

5.1.3.3.3- Local da entrega do Coffe Break: Auditório da Faculdade CENSUPEG (Av. Getúlio Vargas, 1266, Anita Garibaldi, Joinville - SC).

5.1.3.4 - Almoço

5.1.3.4.1 - Data 27/06/2026, horário das 12 horas às 13 horas e 30 minutos.

5.2 - Local da prestação dos serviços:

5.2.1 -Local da realização da Conferência Municipal de Saúde será o Auditório da Faculdade CENSUPEG (Av. Getúlio Vargas, 1266, Anita Garibaldi, Joinville - SC).

5.3 - Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.3.1 - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4 - Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.4.1 - Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.2 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato;

6.2 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (SEI 0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.5 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

6.6 - Gestor do Contrato:

6.6.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

6.7 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.7.1 - Executar integralmente os serviços constantes deste documento.

6.7.2 - Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo deslocamento, traslado, alimentação e eventuais despesas com profissionais contratados.

6.7.3 - Cumprir com as datas e horários fixados para a execução do evento.

6.7.4 - Responder, civil e penalmente, por quaisquer informações inverídicas, danos materiais ou pessoais ocasionados por seus empregados, dolosa ou culposamente.

6.7.5 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 02 (dois) dias úteis, após notificada, o(s) serviços(s) que porventura não estejam de acordo com as especificações ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE.

6.7.6 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.7.7 - Toda despesa decorrente do transporte, entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrão por conta da Contratada.

6.7.8 - Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Conselho Municipal de Saúde, em estrita observância às especificações do Edital.

6.7.9 - Fornecer as bebidas em garrafas térmicas limpas e em perfeito estado de uso.

6.7.10 - Cumprir todas as normas sanitárias para a confecção e fornecimento do objeto.

6.7.11 - Realizar a substituição, no todo ou em parte, sem custos para CONTRATANTE, do(s) produto(s) que apresentar(em) algum vício oculto, defeito, dano em decorrência do transporte, manuseio ou fabricação, ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 1 (uma) hora antes do início dos eventos, após notificada.

6.7.12 - O (a) Contratado (a) deverá cumprir as Normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

6.7.13 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando a contratada responsável pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, a seus funcionários. Esta redação deve constar nas obrigações da contratada.

6.8 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

6.8.1 - Acompanhar o objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e/ou Penal.

6.8.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.8.3 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências dos locais definidos, para realização dos serviços.

6.8.4 - Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização.

6.8.5 - A comissão organizadora da conferência fornecerá local e organizará o espaço para realização do evento, inclusive o espaço para colocar o coffee break.

6.8.6- Rejeitar, em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações ou que fora constatado qualquer irregularidade.

6.9 - Das sanções:

6.9.1 - No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do serviço.

7.2 - Os Serviços Serão Recebidos:

7.2.1 - Provisoriamente, no ato do serviço prestado, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

7.2.2 - Definitivamente, no prazo máximo de 5 dias corridos, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os serviços estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.

7.2.3 - Na hipótese de verificação a que se refere não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2.4 - O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

7.2.5 - Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no presente documento, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.2.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.7 - O pagamento será único, visto se tratar de evento de curta duração, conforme cronograma, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações.

7.2.8 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1- Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Unitário.

8.2 - Regime de execução

8.2.1 - A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

8.3 - Exigências de habilitação

8.3.1- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1 - Qualificação Técnica

8.3.1.1.1 - Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.3.1.1.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de execução de serviço de produto compatível, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.3.1.1.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.1.1.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.1.2 - Qualificação Econômico-Financeira

Não se aplica.

8.4 - Da participação de consórcio

8.4.1 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso na fase preparatória, com vistas a garantia a lisura da pesquisa de mercado e será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento.

9.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 75.698,90 (setenta e cinco mil seiscientos e noventa e oito reais e noventa centavos), conforme Orçamentos Planilhados que instrui o presente processo de contratação.

9.2 - Foram utilizados os parâmetros indicados nos incisos II e IV do § 1º, do art. 23 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 29159513/2026 - SES.UCO.ACP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Este processo visa a contratação de uma empresa especializada em assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura para a realização da Conferência Municipal de Saúde de 2026, com o tema: Brasil dos brasileiros e das brasileiras: SUS e Soberania – cuidar do povo é cuidar do Brasil.

O Conselho Municipal de Saúde de Joinville organiza anualmente a Conferência Municipal de Saúde e/ou temática. Essa iniciativa está em total conformidade com a Lei Federal nº 8.142/90, que, em seu Art. 1º, § 1º, enfatiza a importância da participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio dos Conselhos de Saúde nas três esferas de governo. Tanto as Conferências de Saúde quanto os Conselhos são reconhecidos como órgãos colegiados indispensáveis para essa participação social. Adicionalmente, a Lei Municipal nº 8.619/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Joinville reitera a importância da Conferência Municipal de Saúde para o nosso município.

As Conferências de Saúde são instâncias deliberativas cruciais. Elas têm a responsabilidade de avaliar as políticas públicas de saúde e estabelecer diretrizes para a melhoria contínua dos serviços e das estratégias de saúde em âmbito municipal, estadual, distrital e federal. Sua relevância se estende à construção do Plano Municipal de Saúde, ferramenta essencial para o planejamento e a execução das ações de saúde em Joinville.

Considerando a importância estratégica e a complexidade de organizar um evento como a Conferência Municipal de Saúde, que envolve a mobilização de diversos setores e a necessidade de uma estrutura robusta, a contratação de uma empresa especializada é fundamental. Isso assegura a plena realização e o sucesso da Conferência, garantindo que a infraestrutura, a logística de transporte, a hospedagem e a alimentação estejam à altura da relevância do evento, permitindo que o foco principal permaneça nas discussões e deliberações sobre as políticas de saúde.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A contratação encontra amparo na LEI Nº 9.924, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024 (26758096), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville.

A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria da Saúde para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Vigência:

3.3.1 A presente contratação refere-se a um serviço de execução continuada com prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, conforme o disposto no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Critérios de Sustentabilidade:

3.2.1 Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

3.3 Da Subcontratação:

3.3.1 Será permitido a subcontratação para a presente contratação.

3.4 Padrões mínimos de qualidade/desempenho:

3.4.1 Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

- a) As especificações para os itens previstas no item 4.1 do presente documento;
- b) Cumprir com as obrigações dispostas no item 3.13 do presente documento.

3.5 Equipe Mínima:

3.5.1 A contratada deverá possuir equipe suficiente para atender o objeto da contratação.

3.5.2 O fornecimento de Coffee break deverá contemplar os itens do cardápio e as respectivas especificações, conforme a sugestão disposta no subitem 4.1.13.1 e quantidade prevista, sendo que 01 (uma) unidade corresponde aos itens do cardápio por pessoa.

3.5.3 O fornecimento de 25 almoços em restaurante conforme subitem 3.7.4

3.5.4 Os alimentos que compõe o coffee break deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens descartáveis, higiênicas e térmicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento do consumo, observando que os sucos e as saladas deverão estar refrigeradas. Os produtos utilizados deverão estar, frescos, e devem ser de primeira qualidade.

3.5.5 A contratada deverá cumprir o prazo máximo para substituir o(s) produto(s) que por ventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o contratado, sem qualquer ônus para o Instituto.

3.5.6 Será de responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias para fornecimento dos serviços e entrega dos produtos até as dependências do local do evento, inclusive quanto se tratar de devoluções e/ou substituições.

3.5.7. Responsabilidades da Contratada sobre os Palestrantes

3.5.7.1 A contratada será responsável por todas as despesas e pela gestão completa dos palestrantes da conferência. Isso inclui:

3.5.7.1.1 **Hospedagem:** Custos com a estadia dos palestrantes.

3.5.7.1.2 **Alimentação:** Cobertura de refeições.

3.5.7.1.3 **Transporte:** Passagens aéreas e transporte rodoviário (deslocamento local).

3.5.8 Qualificação e Seleção dos Palestrantes

3.5.8.1 A contratada deverá fornecer os palestrantes para a palestra magna e para os eixos temáticos da conferência. Os critérios para a seleção são:

3.5.8.2 **Formação e Experiência:** Os palestrantes deverão possuir, no mínimo, ensino superior e/ou especialização nas áreas da saúde relacionadas ao tema e aos eixos temáticos da conferência. A comprovação da formação deve ser feita por meio de diploma e/ou certificado.

3.5.8.3 Experiência em palestras: É necessária a comprovação de experiência prévia como palestrante em eventos ou conferências de saúde, por meio de artigos publicados, certificados ou declarações.

3.5.9 Comunicação e Aprovação

3.5.9.1 A comunicação e a aprovação dos palestrantes seguirão o seguinte cronograma:

3.5.9.2 **Definição dos temas:** O tema central e os eixos temáticos da conferência serão comunicados à contratada com no mínimo 30 dias corridos de antecedência da data do evento.

3.5.9.3 Apresentação dos currículos: A contratada deverá apresentar os currículos dos palestrantes propostos à comissão organizadora com no mínimo 20 dias corridos antes da conferência, para análise e validação.

3.5.9.4 Possibilidade de troca: A comissão organizadora reserva-se o direito de solicitar a substituição de qualquer palestrante que não atenda aos critérios de qualificação estabelecidos.

3.5.9.5. Substituição de Profissionais: Em caso de imprevisto que impeça a participação de um profissional já aprovado, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata. O substituto indicado deverá atender a todos os requisitos de qualificação previstos no item 3.5.8

3.5.10 Serviços de Suporte e Profissionais Especializados

3.5.10.1 Suporte Técnico de Informática: A contratada deverá disponibilizar 1 (um) profissional técnico de informática com responsabilidade por: suporte, monitoramento, montagem e desmontagem dos equipamentos. O profissional deverá estar presente durante os dois dias da conferência, totalizando 15 horas de serviço.

3.5.10.2 Suporte Técnico de Intérprete de Libras: A contratada deverá fornecer 2 (dois) profissionais intérpretes de Libras para atuar durante os dois dias do evento. Cada profissional deverá cumprir uma carga horária de 9 horas, distribuídas ao longo da conferência.

3.6 Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.6.1 Os serviços deverão ser executado, conforme cronograma proposto no item 3.7

3.7 Cronograma de realização dos serviços:

3.7.1 Reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência:

3.7.1.1 Deve ser realizada com no mínimo 30 dias corridos de antecedência da realização do evento.

3.7.1.2 Local de execução da reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência: sede do Conselho Municipal de Saúde - Rua Brigada Lopes, nº 153 - Bairro Glória - Joinville/SC.

3.7.1.3 Duração da reunião preparatória: 4 horas

3.7.1.4 A contratada será comunicada da reunião preparatória através do e-mail da Conferência Municipal de Saúde pela secretaria executiva do Conselho Municipal da Saúde, ou por telefone via secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde.

3.7.2 Palestra magna e eixos temáticos

3.7.2.1 Data: 26/06/26, horário das 19 horas às 21 horas e 30 minutos - total de horas: 2h30'

3.7.2.2 Data dos eixos temáticos 27/06/26, horário das 8 horas às 12 horas - total de horas: 4 horas

3.7.2.3 Local da realização da Conferência Municipal de Saúde será o Auditório da Faculdade CENSUPEG (Av. Getúlio Vargas, 1266, Anita Garibaldi, Joinville - SC).

3.7.2.3.1- O local do evento será fornecido pela Contratante;

3.7.3 Coffe Break

3.7.3.1 Data: 26/06/26, horário às 17 horas e 30 minutos. (o coffee será servido antes do início das palestras)

3.7.3.2 Data: 27/06/26, horário às 07 horas e 30 minutos.

3.7.3.3 Local da entrega do Coffe Break: Auditório da Faculdade CENSUPEG (Av. Getúlio Vargas, 1266, Anita Garibaldi, Joinville - SC).

3.7.4 Almoço

3.7.4.1 Data 27/06/26, horário das 12 horas às 13 horas e 30 minutos.

3.8 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):

3.8.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.9.1 Procedimentos de transição e finalização do contrato:

3.9.1.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

3.10 Gestão do Contrato:

3.10.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão.

3.10.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

3.10.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, será nomeada em até 30 dias corridos, contados da publicação do Contrato.

3.10.2 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento.

3.10.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.10.4. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

3.11 Gestor do Contrato:

3.11.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

3.12 Obrigações da Contratada específicas do objeto:

3.12.1 Executar integralmente os serviços constantes deste documento.

3.12.2 Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo deslocamento, traslado, alimentação e eventuais despesas com profissionais contratados.

3.12.3 Cumprir com as datas e horários fixados para a execução do evento.

3.12.4 Responder, civil e penalmente, por quaisquer informações inverídicas, danos materiais ou pessoais ocasionados por seus empregados, dolosa ou culposamente.

3.12.5 A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 02 (dois) dias úteis, após notificada, o(s) serviço(s) que porventura não estejam de acordo com as especificações ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE.

3.12.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.12.7 Toda despesa decorrente do transporte, entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrão por conta da Contratada.

3.12.8 Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Conselho Municipal de Saúde, em estrita observância às especificações do Edital.

3.12.9 Fornecer as bebidas em garrafas térmicas limpas e em perfeito estado de uso.

3.12.10 Cumprir todas as normas sanitárias para a confecção e fornecimento do objeto.

3.12.11 Realizar a substituição, no todo ou em parte, sem custos para CONTRATANTE, do(s) produto(s) que apresentar(em) algum vício oculto, defeito, dano em decorrência do transporte, manuseio ou fabricação, ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 1 (uma) hora antes do início dos eventos, após notificada.

3.12.12 O (a) Contratado (a) deverá cumprir as Normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

3.12.13 Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando a contratada responsável pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual– EPI e coletiva EPC, a seus funcionários. Esta redação deve constar nas obrigações da contratada.

3.13 Obrigações da Contratante específicas do objeto:

3.13.1 Acompanhar o objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e/ou Penal.

3.13.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

3.13.3 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências dos locais definidos, para realização dos serviços.

3.13.4 Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização.

3.13.5 A comissão organizadora da conferência fornecerá local e organizará o espaço para realização do evento, inclusive o espaço para colocar o coffee break.

3.13.6 Rejeitar, em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações ou que fora constatado qualquer irregularidade.

3.14 Das sanções:

3.14.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

3.15. Critérios de Medição e pagamento:

3.15.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do serviço;

3.15.2 Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato do serviço prestado, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os serviços estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento;

c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 3.15.2, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no presente documento, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

3.15.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.15.4 O pagamento será único, visto se tratar de evento de curta duração, conforme cronograma constante do item 3.7, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações.

3.15.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

3.16 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

3.16.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Unitário.

3.17 Regime de execução:

3.17.1 A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

3.18 Exigências de habilitação:

3.18.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

3.18.1.1 Qualificação Técnica:

3.18.1.1.1 Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.18.1.1.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de execução de serviço de produto compatível, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.18.1.1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.18.1.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.18.2 Quanto à dispensa de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira

3.18.2.1 O art. 69, da Lei nº 14.133/2021, objetiva permitir que os licitantes demonstrem e garantam que possuem aptidão econômica suficiente para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada, com a apresentação do balanço patrimonial relativo aos dois últimos exercícios sociais.

3.18.2.2 A metodologia estabelecida para a aferição dessa condição financeira mínima, de longe, para a presente contratação não se demonstra efetiva, visto que limita os participantes, sendo forte causador de licitações fracassadas e desertas, para o objeto.

3.18.2.3 O balanço patrimonial é um documento próprio e específico regulamentado pela ordem jurídica, que somente pode ser tomado como eficaz após elaborado e apresentado por profissional competente e registrado na Junta Comercial. A elaboração de tal documento requer um investimento econômico que consome grande parte do lucro auferido na licitação, tornando-a desinteressante aos olhos do fornecedor, que a priori, é dispensado da escrituração contábil por força de Lei.

3.18.2.4 Conforme consta no o Art. 37 da Constituição Federal, em inciso XXI os princípios que devem reger as contratações públicas:

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

3.18.2.5 Por sua vez, os Arts. 69 e 70 da Lei 14.133/2021 indicam os seguintes parâmetros para aferição da qualificação técnica e econômica:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

(...)

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e

nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.18.2.6 Por sua vez, resta definido no Art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021 a seguinte definição de “entrega imediata”:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

3.18.2.7 Assim, para as contratações cujo prazo de entrega do produto seja realizada no prazo de 30 (trinta) dias da solicitação da Administração, há que ser considerada como imediata, e por via de consequência, dispensável a exigência de qualificação financeira por decisão fundamentada da Administração.

3.18.2.8 De acordo com o dispositivo constitucional e infra-legal, cabe à equipe de planejamento indicar para a contratação, de acordo com o histórico das licitações anteriores, a melhor forma de aferir a qualificação técnica e econômica dos licitantes, ponderando caso a caso, de forma a indicar tão somente a documentação estritamente necessária e indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações.

3.18.2.9 Deste modo, aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes pela apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos anos, para a presente contratação é de pouca utilidade prática e de baixíssima efetividade, e, acarreta o prejuízo direto à Administração, que, por sua vez, resta deficiente do produto necessário para a continuidade de suas atividades, alijando uma série de proponentes que poderiam contratar com a Administração com o melhor preço.

3.18.2.10 A contratação ora pretendida é por sistema de registro de preços, cuja demanda é futura e eventual, não resultando em compromisso para a Administração da contratação da integralidade do quantitativo indicado; Ainda, há outros instrumentos previstos no Edital, capazes de aferir a qualificação do fornecedor/prestador que é o atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da contratação.

3.18.2.11 Em caso de eventual descumprimento, há também a possibilidade de impor ao contratado as sanções previstas em Lei, cuja efetividade das punições torna desinteressante a participação de licitantes que porventura na execução contratual não venham a deter a capacidade necessária.

3.18.2.12 Assim, a dispensa da exigência da apresentação do balanço patrimonial oportuniza a Administração a alcançar uma contratação com maior efetividade, em cumprimento ao dispositivo constitucional, que atenda suas necessidades, bem como garante o cumprimento dos princípios administrativos, tais como a impessoalidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência

3.19 Adequação Orçamentária:

3.19.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria Municipal da Saúde;

3.19.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Especificações técnicas:

4.1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo;

4.1.2 Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura.	Serviço	1

4.1.3 A contratada deverá realizar o fornecimento de serviços para a Conferência Municipal de Saúde/temática 2026, realizando os seguintes serviços:

4.1.3.1 Reunião preparatória com a comissão organizadora da Conferência terá a duração de 4 horas.

4.1.3.2 Fornecimento de coffee break para Conferência. A quantidade de coffee break será de 400(quatrocentas unidades) que deverá ser servido nos dois dias de Conferência, dia 26/06/26 (200 unidades), e no dia 27/06/26 (200 unidades) em ambiente a ser disponibilizado pela comissão organizadora no próprio local do evento, horário conforme subitem 3.7.3, segue o cardápio:

4.1.3.2.1 Cardápio do coffee break por pessoa (Uma unidade):

- Café preto sem açúcar : 100 ml
- Leite: 50 ml
- Suco de frutas polpa, sem açúcar: 180 ml (não pode ser suco artificial)
- Salgado tamanho coquetel médio 25 gramas: 4 (quatro) unidades de sabores variados (empadinha de frango, queijo, palmito; mini pastel assado de carne, queijo, palmito ; mini esfirra de carne, frango, queijo e presunto, mini quibe de carne, mini coxinha de frango, mini pão de batata, mini pizza, pão de queijo).
- Bolos e cucas com tamanho de 5cm x 5cm: 2 (Duas) unidades de sabores variados: (cuca de fruta com farofa, creme, chocolate, bolo nega maluca, bolo formigueiro, bolo de cenoura, bolo toalha felpuda)
- Sanduíche natural com uma fatia de pão dobrada ao meio: 1 (Uma) unidade de sabores variados: (patê de frango com salada de alface e/ou cenoura ralada; patê de presunto e queijo com salada de alface e/ou cenoura ralada) ou baguete de meio pão francês com peito de peru, presunto e queijo e alface.
- Salada de fruta: 1 (uma) porção de 50 gr contendo no mínimo 5 (cinco) tipos de frutas frescas da estação (banana, maçã, morango, manga, abacaxi, kiwi, mamão, laranja, uva), em embalagem descartável com tampa.
- Bolo para intolerante a lactose e glúten: 2 (duas) porções de 5 cm x 5 cm, de sabores diferentes (bolo de milho, bolo com farinha de arroz, bolo de chocolate sem glúten e sem lactose, bolo de banana com aveia, etc.)

- Sanduíche para intolerante a lactose e glúten: 1 (Uma) unidade de sabores variados: (patê de frango com salada de alface e/ou cenoura ralada; patê de presunto e queijo com salada de alface e/ou cenoura ralada) ou baguete de meio pão francês com peito de peru, presunto e queijo e alface.
- Complementos: as unidades abaixo serão por pessoa (uma unidade)
- Dois copos descartáveis - 180 ml
- Dois copos térmicos descartáveis 180 ml;
- Uma pazinha haste longa para o café
- Uma colher de sobremesa descartável.
- Dois sachês de açúcar
- Dois sachês de adoçante
- Dois guardanapos descartáveis simples (30cm x 30cm)

Observação:

- Todos os doces e salgados embalados separadamente em forminha de papel e em bandejas.
- O suco de frutas polpa deverá ser em caixa de um litro com fornecimento de no mínimo três sabores (uva, laranja, abacaxi, pêssego)
- Fornecer garrafas térmicas limpas e em perfeito estado de uso (para armazenamento de cafés e leites)
- Os alimentos que compõe o coffee break deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens descartáveis, higiênicas e térmicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento do consumo, observando que os sucos e as saladas deverão estar refrigeradas. Os produtos utilizados deverão estar, frescos, e devem ser de primeira qualidade.
- A contratada deverá cumprir o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para substituir o(s) produto(s) que por ventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o contratado, sem qualquer ônus para o Instituto.
- Será de responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias para fornecimento dos serviços e entrega dos produtos até as dependências do local do evento, inclusive quanto se tratar de devoluções e/ou substituições.
- A entrega do coffee break deverá ocorrer em até 1 (uma) horas antes dos prazos indicados no subitem 3.7.3

4.1.4 Fornecimento de almoço

4.1.4.1- A Contratada deverá providenciar almoço para 25 (vinte e cinco) pessoas (equipe de apoio e membros da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde de 2026) no dia 27/06/2026, no horário das 12 horas às 13 horas e 30 minutos;

4.1.4.2- O cardápio do dia do restaurante deverá atender as seguintes exigências mínimas:

Bebidas: água com ou sem gás (500 ml) ou suco natural de fruta (200 ml).

Saladas e legumes: no mínimo duas opções cruas e duas opções cozidas;

Acompanhamentos: no mínimo arroz branco, feijão, macarrão, farofa e mais uma opção;

Carnes: no mínimo dois tipos de carnes (uma opção vermelha e uma opção de carne branca);

Sobremesa: no mínimo 1 opção;

4.1.4.3- O restaurante deverá estar localizado em um raio de até 5 km do local do evento;

4.1.5 A contratada será responsável por todas as despesas e pela gestão completa dos palestrantes da conferência. Isso inclui:

4.1.5.1 **Hospedagem:** Custos com a estadia dos palestrantes.

4.1.5.2 **Alimentação:** Cobertura de refeições.

4.1.5.3 **Transporte:** Passagens aéreas e transporte rodoviário (deslocamento local).

4.1.5.4 Serviço de Suporte técnico - Profissional Técnico em Informática - suporte, monitoria, montagem, sendo necessário um profissional durante os dias da conferência, total de horas 15hs distribuído nos dois dias.

4.1.5.5 Serviço de Suporte técnico - Profissional Interprete de Libras, sendo necessário dois profissionais durante os dias da conferência, 9 horas para cada profissional distribuído nos dois dias, total de 18 horas.

4.1.6 As atividades atingirão um público de até 400 pessoas, da rede pública e privada, usuários do Sistema Único de Saúde e demais interessados.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A presente contratação visa assegurar a realização da Conferência Municipal de Saúde com nível de especialização técnica exigidos para um evento de relevância institucional.

A contratação engloba em um pacote de serviços diversificados e interdependentes, os quais exigem uma solução integrada de um único fornecedor para garantir coesão, o planejamento e a execução, assim como a logística do evento. Nesses serviços temos os seguintes quesitos:

- Assessoramento técnico: compete na coordenação da organização da conferência, englobando a gestão dos palestrantes e cronogramas.

- Infraestrutura e Logística: fornecimento da estrutura física do evento, assim como os serviços complementares de hospedagem e traslado dos palestrantes em padrões adequados.
- Serviços de apoio: Serviços de suporte técnico em informática e intérprete de libras.
- Serviço de catering (coffee break para os participantes e almoço para a comissão organizadora): o que requer de uma empresa com experiência e capacidade na gestão de volumes de alimentos destinados aos eventos desse porte.

Este tipo de contratação especializada, transfere a responsabilidade técnica e operacional de um conjunto complexo de atividades para o contratado, concentrando o acompanhamento em um único contrato. Garantindo que a execução de todas as etapas, desde a infraestrutura física até o intérprete de libras, seja de responsabilidade da empresa, minimizando a sobrecarga da equipe comissão organizadora e mitigando riscos de falhas logísticas.

Outro ponto a se ressaltar é que a contratação de um volume maior e diversificado de serviços em um único lote, permite que a empresa aplique descontos e otimize seus custos operacionais, resultando em um valor global que tende a ser mais vantajoso, em termos de economia de escala, do que a soma dos valores obtidos em contratações individuais de cada item, comprovando a economicidade da solução.

5.1 As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

5.1.1 Pregão Eletrônico:

- É a modalidade preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. Os serviços para uma conferência (infraestrutura, alimentação, passagens, hospedagem, equipamentos) geralmente se enquadram nessa categoria.
- É ágil, transparente e promove a ampla concorrência, buscando o menor preço ou o maior desconto. A disputa ocorre em sessão pública virtual, o que aumenta a visibilidade do processo.
- É a modalidade mais indicada para a contratação da maioria dos serviços listado.

5.1.2. Sistema de Registro de Preços (SRP):

- Não é uma modalidade de licitação em si, mas um procedimento auxiliar. Permite o registro de preços de bens ou serviços para futuras e eventuais contratações, por meio de uma licitação (geralmente Pregão). O órgão não é obrigado a contratar, mas as empresas registradas ficam obrigadas a fornecer nas condições e preços estabelecidos.
- Otimiza o processo para demandas recorrentes ou incertas, pois evita a necessidade de realizar uma nova licitação a cada necessidade. Pode ser útil para serviços de eventos que ocorrem com certa frequência ou cujas necessidades são variáveis ao longo do tempo.
- Poderia ser utilizada para itens como coffee break, almoço, locação de equipamentos básicos, caso o Conselho ou a Secretaria de Saúde realizem outros eventos ao longo do ano que demandem os mesmos itens. No entanto, para o pacote completo de uma conferência específica, que inclui passagens e hospedagem, a licitação direta para o evento tende a ser mais eficiente.

5.1.3 Contratação Direta (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação):

- A Lei nº 14.133/2021 detalha as hipóteses em que a licitação pode ser dispensada (por exemplo, valores baixos, emergência) ou inexigível (quando não há competição viável, como serviços técnicos de natureza singular com profissionais de notória especialização, ou para artistas consagrados).
- Agilidade.
- Exige justificativa robusta e aplicação estrita das condições legais para evitar questionamentos pelos órgãos de controle.
- **Aplicabilidade para a Conferência: Dispensa por Valor:** Para itens de baixo valor que se enquadrem nos limites da lei (atualmente R\$ 59.402,14 para serviços, mas pode ser ajustado anualmente), é uma opção. No entanto, para o pacote completo da Conferência, é improvável que se enquadre nesse limite. **Inexigibilidade:** Seria aplicável apenas em casos muito específicos. Por exemplo, se o "palestrante da palestra magna" for uma figura de notória especialização e exclusividade comprovada, a contratação direta dos serviços relacionados a ele (passagem e hospedagem para ele, especificamente) poderia ser considerada por inexigibilidade. Para os demais serviços de infraestrutura e logística, é muito difícil justificar a inexigibilidade, pois há diversas empresas no mercado aptas a prestá-los.

5.2 Conclusão - Melhor Solução:

5.2.1 Considerando as opções de mercado analisadas, a melhor solução para atender ao interesse público da Conferência Municipal de Saúde/temática 2026, é a Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura. Optar pelo **pregão eletrônico** é a forma mais viável, pois garante uma competição justa e transparente, resultando na proposta mais vantajosa para a administração pública.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação deu-se por base levantamento preliminar de mercado conforme SEI 26804191, além do histórico de contratações anteriores de outra secretária 24.0.120911-0, SEI 0021714373, SEI 24.0.221749-3.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução e mais eficaz para a realização da Conferência Municipal de Saúde/temática 2026, baseada nas informações levantadas e nas exigências do setor público, é a Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura. Essa abordagem centraliza a gestão e garante a qualidade necessária para um evento de tamanha importância.

7.2 Para a presente contratação não se fazem necessárias exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 O presente processo, trata de Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura.

8.2 Desta forma, o objeto é indivisível, levando-se em conta os aspectos abaixo:

- a) É tecnicamente inviável dividir a contratação; considerando que o serviço deve ser executado em sua totalidade em uma única contratação;
- b) É economicamente inviável dividir o objeto a ser licitado, pois poderia resultar em aumentos dos custos operacionais para a execução;
- c) Ao dividir o objeto a ser contratado, poderia haver perda de economia de escala;
- d) O objeto da contratação é indivisível e o item não pode ser parcelados, não necessitando divisão em lotes.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 Considerando que as Conferências de Saúde são instâncias deliberativas, com a atribuição de conferir, avaliar a Política Pública de saúde e definir diretrizes para o aprimoramento do atendimento das políticas voltadas a saúde no âmbito do Município, do Estado, do Distrito Federal e da União, a qual o controle social tem efetivamente a participação nas políticas públicas no sistema único de saúde.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores aptos a acompanharem e fiscalizarem os serviços a serem executados.

10.2 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

10.3 Não há a necessidade de contratações prévias ou capacitação dos servidores para a execução da contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes vinculadas a este processo.

11.2 Em análise para verificação da existência de Pregão eletrônico com este objeto, não foram encontradas contratações com o mesmo objeto pretendido no presente processo, devido à sua especificidade.

11.3 Por oportuno, ressaltamos que a Administração Municipal possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão.

11.4 - Além disso, esta contratação não está relacionada a nenhuma ata de registro de preços em andamento, tanto a nível municipal quanto em relação às atas ou contratos vigentes com o mesmo objeto perante os consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC), dos quais o Município faz parte.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar e seguir em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços, devendo ainda estimular as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, pautados nos seguintes pressupostos e exigências como: Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo; Promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades; e Respeitar as Normas Brasileiras sobre resíduos sólidos, bem como as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, sobretudo, a Resolução - RDC nº 43 - ANVISA, de 1 de setembro de 2015, e a Resolução - RDC nº 216 - ANVISA, de 15 de setembro de 2004.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:**13.1.1 - Identificação de Riscos - Probabilidade (P):**

- a) Nível 2: Má execução contratual ou inexecução parcial ou total do contrato
- b) Nível 3: Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação
- c) Nível 2: Falta de Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

13.1.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

- a) Nível 3: Má execução contratual ou inexecução parcial ou total do contrato - Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
- b) Nível 3: Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação - Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo.
- c) Nível 2: Falta de Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada. Caso a contratada não possua os documentos em dia, inviabiliza a contratação.

13.1.3 - Avaliação de riscos - Probabilidade (P) * Impacto (I):

- a) Má execução contratual ou inexecução parcial ou total do contrato - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como médio.
- b) Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como alto.
- c) Falta de Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como baixo.

13.1.4 - Tratamento de riscos:

- a) Má execução contratual ou inexecução parcial ou total do contrato - Mitigar/transferir: Instruir o processo de requisição de compras com todas as informações necessárias para uma boa execução contratual, enfatizando o acompanhamento e fiscalização do contrato, em atendimento ao interesse público, minimizando assim os possíveis riscos na execução contratual.
- b) Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação - Medida: mitigar - Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna.
- c) Falta de Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada - Medida: Mitigar/Transferir - Coletar com antecedência as informações referentes a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x	curto	
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x	moderado	
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x	os riscos estão identificados no item 13.1.1	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x	As medidas mitigadoras constam do item 13.1.4	

14.1 Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, entende-se ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, a saber: Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de assessoramento técnico e fornecimento de infraestrutura, para realização da Conferência Municipal de Saúde em 2026, pois ao escolher a contratação de empresa especializada para essa finalidade, por pregão eletrônico, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

14.2 Contudo, visando dirimir problemas na execução, deve-se instruir o processo de requisição de compras com todas as informações necessárias para uma boa execução contratual, enfatizando o acompanhamento e fiscalização do contrato, em atendimento ao interesse público, minimizando assim os possíveis riscos na execução contratual. A fim de evitar a morosidade nos processos há também antecipar as contratações, haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo, priorizando assim agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna.

14.3 Considerando que as Conferências de Saúde são instâncias deliberativas, com a atribuição de conferir, avaliar a Política Pública de saúde e definir diretrizes para o aprimoramento do atendimentos das Políticas voltadas a Saúde no âmbito do Município, do Estado, do Distrito Federal e da União, além de contribuir na construção do Plano Municipal de Saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 22/04/2026, às 17:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 23/04/2026, às 14:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29190230** e o código CRC **A941F10D**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br